
A influência da mídia e da religião na construção de pensamento nos territórios de vulnerabilidade¹

Deivison Brito NOGUEIRA²

Louis EDOA³

Raphael LEAL⁴

Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

RESUMO: O artigo tem como objeto a temática da produção e construção de conhecimento em territórios de vulnerabilidade. O objetivo é compreender como a mídia e a religião exercem influência na construção, produção e desenvolvimento de conhecimento nesses territórios. Como quadro metodológico de referência, recorreremos à revisão da literatura nos três campos que compõem o referencial teórico: comunicação e mídia; mídia e religião e geografia política. Algumas correntes de pensamento reiteram uma departamentalização do conhecimento, construindo um saber científico ao redor do princípio da certeza final e absoluta, esquecendo-se que nenhuma área do saber possui certezas finais. Partindo de uma problematização da construção e produção do conhecimento, a ideia é que os territórios de vulnerabilidade social também são espaços de produção de conhecimento que assemelham aos níveis de espaços tidos como supervalorizados. Busca-se contribuir para compor um quadro teórico complexo que se constrói a partir dos conhecimentos advindos da população residente nesses territórios.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação. Mídia. Território de Vulnerabilidade. Conhecimento. Religião.

Introdução

Alguns ambientes e espaços sociais se encontram, hoje, mais prejudicados que outros diante da ideia do privilégio da construção do conhecimento. Entre eles, temos territórios periféricos, marginalizados, invisibilizados, esquecidos e desprovidos de meios para chegar ou se produzir grandes centros de pesquisas. Esses territórios, que passaremos a chamar de territórios de vulnerabilidade, são geralmente espaços de

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa Comunicação & Religiões do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023 na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. O trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

² Doutorando em Comunicação Social pelo PósCom da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp) sob orientação do Prof. Dr Dimas A. Künsch. Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação e Religiões da INTERCOM. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: deivisong3@gmail.com

³ Doutorando em Comunicação Social pelo PósCom da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp) sob orientação do Prof. Dra Cilene Victor. Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação e Religiões da INTERCOM. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: louisnelma40@gmail.com

⁴ Doutorando em Comunicação Social pelo PósCom da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp) sob orientação do Prof. Dr. Ivan Paganotti. Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação e Religiões da INTERCOM. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: raphael@cancaonova.com

precariedades, ausências e exclusão social onde os sujeitos, por meio de suas vivências e dinâmicas, buscam dar sentido ao exercício de seus direitos.

As perspectivas de superação dessas vulnerabilidades são caminhos que nem sempre são possíveis de serem estabelecidos. Por isso, os territórios de vulnerabilidade são constantemente vistos como ambientes de lutas, incapazes de favorecer (colaborar com) a produção de conhecimento. Abordar as lutas dos territórios de vulnerabilidade é promover as reflexões sobre as dinâmicas territoriais onde são observados. Esses territórios, como seus habitantes, costumam ser olhados a partir dos critérios de desigualdades estabelecidos por aqueles que os levaram ao esquecimento. Essa população sofre uma verdadeira humilhação social, como diz Costa (2004). Pois, a sua real situação está interconectada à várias outras situações da vida: (situação) econômica, política e de representatividade.

Ela carrega o estigma de ser chamada por nomes e adjetivos pejorativos⁵ ou simplesmente ser descartada e definida por representações pejorativas ao invés de sua própria humanidade e singularidade. Essa humilhação, que se assemelha ao conceito de invisibilização, é o mais radical dos sofrimentos dos indivíduos em situação de vulnerabilidade. Ela traz fatos como a inimizade entre humanos que decorre do cancelamento de toda possibilidade de encontro ou alteridade. Ela não se limita à palavra ou ao argumento, mas segue de modo violento no agir e nas ações como a exclusão, a dominação, a repreensão, a privação dos direitos e muito mais.

Essa sucessão de fato levou à definição de que os territórios de vulnerabilidade são territórios dependentes e incapazes. Incapazes de produzir conhecimento, ciência e qualquer tipo de saber, fazendo a ciência assumir um viés de tipo divino, soberano, onipotente, que não se abre ao diálogo, relação e compreensão.

Diante da possibilidade de ver tal comportamento perpetuado, as populações dos territórios de vulnerabilidade buscam caminhos e meios para sair da humilhação e costumam se entregar a uma luta por reconhecimento que geralmente os traz como alternativas o refúgio na fé e/ou o apego a certos meios de comunicação para tentar resolver problemas e enfrentar os preconceitos e a sub-representação cuja vítimas foram feitas. Esse fato pode ser analisado quando olhamos a quantidade de denominações

⁵ Amparado pelos preceitos do jornalismo humanitário e de paz, os autores não reproduzem os adjetivos pejorativos a fim de evitar perpetuação da violação e promover os direitos humanos e civis.

religiosas que se encontram nos territórios periféricos e a relação de dominação ou alienação que a mídia exerce.

O artigo busca, partindo da definição do conceito de produção de conhecimento, mostrar que a mídia e as religiões têm grande influência na construção, produção e desenvolvimento do conhecimento nos territórios de vulnerabilidade. Pretendemos mostrar que os ambientes de vulnerabilidade social, também são espaços em que se produz conhecimento ao mesmo nível que em outros territórios, às vezes supervalorizados. O artigo recorre à revisão da literatura nos três campos que compõem o referencial teórico: comunicação e mídia; filosofia política e religiosa; e geografia política. Ainda, pretendemos analisar e mostrar como a mídia e as religiões influenciam o pensamento e comportamento da população residente nesses territórios.

O referencial teórico compreende as teorias de territorialidade e vulnerabilidade social (Ayres, 2003); (Lima, 2016); (Saquet, 2020); informação e comunicação (Wolton, 2010;); antropologia e religião (Spyer, 2021) e das teorias da compreensão e produção de conhecimentos (Künsch, 2020). Como resultados, esperamos poder mostrar que o conhecimento é uma perspectiva diversificada da realidade e que cada ser lida com a realidade de forma diferente. Por isso, é importante se situar na dimensão do que a cultura científica sempre fez questão de preservar: o princípio de que não existem certezas finais e absolutas no universo do conhecimento.

A atuação da mídia nos territórios periféricos

Quando ocorre algum desastre natural no Brasil, em poucos minutos, os meios de comunicação em massa fazem questão de propagar suas manchetes fabricando um verdadeiro espetáculo com a dor alheia. Num primeiro momento nada de sensibilidade, o relato prioriza a tragédia: quantas pessoas morreram e quantos perderam tudo. Posteriormente: quantas casas desabaram, quantas inundadas ou condenadas pela defesa civil. As primeiras narrativas que chegam pelo celular, ao vivo na televisão ou nas atualizações da internet, rádio... não demora muito e as imagens se multiplicam via aplicativos de mensagens instantâneas.

Passado este primeiro momento, chegam os relatos dos sobreviventes, das lutas pela vida, pelo resgate, pela sobrevivência. Como num fogo instantâneo: a tragédia é manchettata. Somente no segundo momento, a preocupação com a sobrevivência do ser

humano passa a virar notícia. Ano a ano, verão a verão, tragédia após tragédia, o fluxo das notícias geralmente é este.

Uma triste realidade de um jornalismo que se preocupa somente com a manchete da tragédia e não com a precaução, fiscalização, denúncia, cidadania e os direitos da população que vive em áreas de risco e que, também, é gente e nutre um sonho (a duras penas) por dias melhores e por uma comunicação eficaz, mais humana e cidadã.

A mídia é este sistema de comunicação complexo e sempre preocupado com a manchete e a construção da notícia. Vale entrar na parte teórica, antes de relatar este fenômeno, e explicar que comunicação não é informação. “É preciso impedir que a informação e a comunicação, até ontem, fatores de aproximação, tornem-se aceleradores de incompreensão e de ódio, justamente, por serem visíveis todas as diferenças e toda alteridade” (Wolton, 2010, p. 14). Ainda mais em tempos de desinformação.

De acordo com (Moraes; Ramonet; Serrano, 2013), a informação é algo que já aconteceu. Os autores alertam para as informações que chegam à população por intermédio dos meios de comunicação de massa.

Muitas informações que lemos, escutamos no rádio ou chegam até nós por outros canais, foram emitidas por instituições. Nós nos acostumamos à apresentação de declarações de porta-vozes de instituições como se tivessem cunho informativo quando, na verdade, são de cunho totalmente comunicativo, e deveríamos procurar um contrapeso para isso. (Moraes; Ramonet; Serrano, 2013, p. 61).

Wolton (2010) destaca que a informação e a comunicação são consequências da existência de uma e de outra. Sobre a informação, afirma que existem três categorias - informação-notícia: realizada pela imprensa; informação-serviço: em amplo crescimento, devido à internet e a informação-conhecimento: desenvolvimento dos bancos e bases de dados. Falta a informação-relacional: que se resume na aventura do ser humano em se comunicar. Aqui entra um ponto fundamental para os territórios de vulnerabilidade e as pessoas em áreas marginalizadas e invisibilizadas: a relação da mídia com o ser humano numa informação mais humanizada, relacional, fraterna e solidária.

Já sobre a definição de comunicação, Wolton (2010), também a subdivide em três razões principais de sua existência, geralmente ligadas ao desejo de entrar em contato com uma pessoa – compartilhar: toda pessoa se comunica para dividir; partilhar

ou trocar: é uma necessidade imprescindível do ser humano; sedução: presente em todas as relações humanas e convicção – remete à capacidade de argumentação usada para transcrever sobre um fato e responder a alguns questionamentos.

Passada a tragédia, que comunicação eficaz pode ser feita? Imprescindível que seja realizada na certeza de, verdadeiramente, precaver, orientar, dividir, partilhar, fiscalizar, denunciar, contribuir com a sociedade, região, localidade marginalizada, valorizando as vozes, vidas e realidades dos seres humanos que ali se encontram e que, na maioria dos casos, permanecem em zonas de risco não porque desejam e sim porque não tem uma moradia digna ou alternativa melhor para viver.

Para Moraes; Ramonet; Serrano (2013), comunicação: “É um discurso que tem como objetivo elogiar a instituição que o emite (...). Já a informação não tem como objetivo elogiar a instituição que a emite, mas, pelo contrário, funcionar como um contrapeso ao discurso institucional dominante”. (Moraes; Ramonet; Serrano, 2013, p. 60).

O contrapeso desta voz dominante é, nesta realidade, dar ouvido a estas vidas que a mídia procura somente para explorar suas angústias, lágrimas, lamentações, decepções e indignações. Agindo como colonizadores, a mídia explora a dor das vítimas porque sabe que uma vida que sofre de verdade, valoriza seu conteúdo. Um choro, lágrima, desespero, vale muito na exploração sem limites da realidade dos marginalizados em áreas de risco.

Prevenção como manchete da mídia

Para melhorar esta comunicação da mídia neste tipo de situações de risco, vale a pena pegar como exemplo o relatório “Jornalismo Preventivo e cobertura de situações de risco”, que é um exemplo desta comunicação que precisa ser organizada. A ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância - órgão ligado à UNICEF foi quem encabeçou este relatório. Já no primeiro capítulo do estudo, o órgão destaca a importância e postura dos meios de comunicação de massa diante de situações de risco

Os veículos de mídia podem contribuir para que as pessoas assumam cuidados individuais, cobrem ações das autoridades e não entrem em pânico. Mais do que isso: podem colaborar para evitar que o problema alcance dimensões trágicas, atuando de forma preventiva e investigativa na elucidação do que os governos estão ou não fazendo para impedir ou minorar o impacto de situações anunciadas. (Andi 2009, p.6)

A Organização Mundial da Saúde (OMS), preparou em 2009 um manual de comunicação eficaz durante emergências que é utilizado como base pelo Ministério da Saúde até hoje. Na parte introdutória deste manual, a OMS ressalta que eventos de emergência demonstram obstáculos à capacidade interna de relacionamento com a mídia dos órgãos de saúde e que embora, eventos assim, sejam difíceis de prever, a comunicação e a mídia podem ser organizadas antecipadamente.

A aprovação prévia de estratégias de comunicação ajuda a minimizar danos secundários (como efeitos econômicos ou políticos adversos) e conduz a uma maior confiança. Tal planejamento antecipado também aumenta a probabilidade de que a cobertura jornalística resultante promova os interesses da saúde pública e contribua positivamente com os esforços de resposta à emergência. Mensagens bem elaboradas e corretamente transmitidas pela mídia podem informar e acalmar um público preocupado, minimizar efeitos de informações imprecisas e focar a atenção no que é mais importante. (OMS, 2009, p. 13).

Trabalhar a comunicação de risco é sempre muito complexo. Exige uma compreensão e envolvimento dos meios de comunicação para que dêem voz a este tipo de marginalização. Segundo Paul Slovic existem diversos significados para a palavra risco. “Na verdade, um parágrafo escrito por um especialista pode usar a palavra várias vezes, cada vez com um significado diferente não reconhecido pelo escritor” (Slovic, 2002, p. 425, tradução nossa). O autor ressalta alguns exemplos como:

- a) risco como perigo, quando este risco é derivado de uma ação exterior;
- b) risco como probabilidade, quando o risco possui consequência de uma ação primária danosa;
- c) risco como consequência, quando é fruto da consequência direta de uma ação;
- d) risco como sorte, possui uma característica econômica apresentando uma incerteza sobre ganhos futuros;
- e) risco como dano, quando é realizado por um agente e a consequência afeta o próprio agente;
- f) risco como tabu, é o perigo de alguma pessoa inserida na sociedade transgredir regras étnicas (Slovic, 2002).

E justamente para diminuir a ação de riscos na comunicação que Souza (2021) aconselha não perder espaço na mídia, se manter sempre presente, deve ser uma meta para as lideranças (...): “Garantir e manter um potente canal de comunicação com a sociedade, com a clareza da importância de disseminar a ciência, combater o

obscurantismo e ampliar a sustentação popular ao nosso sistema universal de saúde”.
(Souza, 2021, p.12).

Imbuídos por este desejo de propagar e ampliar a voz das pessoas marginalizadas que já sofreram na pele as consequências dos desastres naturais, 29 alunos universitários do 7º período de jornalismo da Faculdade Canção Nova, no interior do estado de São Paulo, fizeram questão de trabalhar e publicar, através da disciplina de projetos, uma grande reportagem no formato de Longform com o título: “Tragédias Anunciadas”.

Para o desenvolvimento do projeto, os alunos realizaram um levantamento de dados e informações sobre desastres naturais no estado de São Paulo, mais precisamente no Vale do Paraíba, Vale Histórico e Litoral Norte. Para a produção das reportagens, os alunos entrevistaram pessoas que moram nos locais mais atingidos, além de especialistas na área como por exemplo: Defesa Civil, INPE e Corpo de bombeiros, além de pessoas comuns que participaram no auxílio aos moradores. O projeto foi desenvolvido usando a plataforma online *Wix* para a diagramação.

Figura -1: Print da página do trabalho de extensão sobre desastres naturais produzidos pelos alunos do curso de jornalismo da Faculdade Canção Nova



Fonte: acervo pessoal dos autores

A grande reportagem mostra como são os desastres naturais, dicas de prevenção, quais os desafios e superação das famílias afetadas, porque elas moram nesses lugares e apresenta a história do desastre mais relevante ocorrido na região no município de São Luiz do Paraitinga em 2010. A reconstrução da Igreja Matriz foi a prioridade para a

população devido à participação da própria Igreja na reforma da cidade, pelo significado religioso e por ser a construção mais significativa para os munícipes.

A igreja evangélica nos territórios de vulnerabilidade e questão da representação midiática

No último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, o número de evangélicos no Brasil era de 42,3 milhões de pessoas, 22,2% da população. No Censo anterior, esse número correspondia a 26,2 milhões, 15,4% da população, um crescimento de 61% em 10 anos. A estimativa é que em 2023 o número de evangélicos seja 30% da população, totalizando 60 milhões de pessoas e ultrapassando o número de católicos até 2032. Além disso, cerca de 14 mil igrejas evangélicas foram abertas em todo país segundo o último Censo de 2010.⁶

Os evangélicos passaram a ocupar espaços na esfera pública, no executivo, legislativo e judiciário, haja vista a indicação do pastor presbiteriano André Mendonça ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.⁷ Além disso, o voto evangélico teve papel preponderante nas eleições presidenciais de 2018. Quem são os evangélicos? o que pensam? Como se organizam? por que suas igrejas atraem tantos fiéis? Essas e outras perguntas, Juliano Spyer, antropólogo brasileiro, tratou de responder em seu livro *Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam*, publicado pela Geração Editorial em 2020 já em sua 3ª edição.

Por meio de uma etnografia de “descrição densa”, Geertz (2008), entre os meses de abril de 2013 a agosto de 2014, Spyer conheceu de perto o cotidiano de famílias evangélicas da classe trabalhadora da periferia de Salvador, Bahia. O antropólogo frequentou cultos religiosos, conviveu com famílias e chegou até ser ameaçado de morte por traficantes da região ao ser confundido com um policial à paisana. A experiência etnográfica de frequência aos cultos e o convívio familiar ajudou-o a compreender a presença da igreja evangélica como fator preponderante de mudanças socioculturais em seu entorno.

A princípio, o objeto de estudo do pesquisador não eram os evangélicos. A ideia

⁶ **Brasil | Pesquisa | Censo | Amostra - Religião - IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107> Acesso em: 03 ago. 2023.

⁷ Senado aprova André Mendonça para o STF. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/12/01/senado-aprova-andre-mendonca-para-o-stf> Acesso em: 04. jul.2023

inicial foi pesquisar os usos das mídias sociais por brasileiros da camada popular. O percurso foi concluído e resultou em seu livro/tese *Mídias sociais no Brasil emergente*, orientado pelo Professor Daniel Miller do departamento de antropologia digital da UCL em Londres.⁸ Contudo, durante a pesquisa de campo, a observação participante revelou dados interessantes: mesmo em áreas periféricas, a diferença entre lares evangélicos e lares não evangélicos era bastante considerável. A maioria dos imóveis de famílias evangélicas tinham quartos divididos entre membros da família e a presença de certos itens “distintivos”: televisão, celular, internet fixa, móvel, serviços de *streaming* etc.

Estado de bem-estar social informal

A presença dos evangélicos, sobretudo em áreas periféricas, passa primeiramente por acolher, escutar e oferecer solidariedade às pessoas em situação de vulnerabilidade. As igrejas acabam por se transformar em grandes redes de apoio, sobretudo para migrantes e imigrantes que buscam oportunidades de trabalho na capital, mas que acabam por se concentrar nas periferias dos grandes centros urbanos. Assim, a igreja torna-se uma segunda família, um lugar de acolhimento onde é possível encontrar ajuda, tanto para fiéis quanto para moradores das comunidades.

Além disso, as igrejas acabam por ocupar uma lacuna deixada pelo Estado e passam a atuar como um “Estado de bem-estar social informal” (Spyer, 2021, p.114). Os exemplos são diversos: vagas de emprego; recolocação profissional; atendimento psicológico; encaminhamento a clínicas de reabilitação; aconselhamento familiar; aconselhamento jurídico; doação de cestas básicas; creches comunitárias; proteção contra abusos e violência doméstica etc.

Em contrapartida, a atuação dos evangélicos pode gerar inúmeras controvérsias, sobretudo àqueles que não professam nenhuma fé religiosa. No nível microsocial, a fé evangélica exerce papel preponderante em territórios de vulnerabilidade, mas essa presença pode alavancar o poder dos evangélicos e fazer com que ocupem espaços de tomada de decisão na sociedade, inclusive para impor políticas públicas baseadas na fé quando na verdade as proposições devem ser embasadas considerando o Estado laico.

Vale lembrar que a atuação dos evangélicos na política é regada de desencontros. O que ficou conhecido como bancada evangélica no Congresso Nacional é pouco

⁸ Cf. SPYER, Juliano. *Mídias sociais no Brasil emergente*: como a internet afeta a mobilidade social. São Paulo: EDUC e UCL Press, 2018.

interessada em questões de ordem coletiva, como igualdade racial, de gênero, defesa do meio ambiente, demarcação de terras indígenas, reforma agrária, combate à corrupção, combate ao trabalho escravo etc. Os parlamentares evangélicos se ocupam mais em atender interesses privados, como isenção de impostos para igrejas, alvarás de abertura de templos, concessões para programas de rádio e televisão etc. Trata-se de um “projeto de poder”, como pontuou Andrea Dip (2019) em seu estudo sobre a bancada evangélica.

Há de se considerar, entretanto, que é preciso combater um certo tipo de representação caricata do evangélico, sobretudo as representações veiculadas na mídia. O que deve ser problematizado é a postura de certos líderes religiosos e não o credo religioso. É preciso qualificar o debate e compreender que em meio às representações regadas ao reacionarismo, existem evangélicos preocupados com o direito das minorias e com pautas pouco discutidas entre os evangélicos conservadores. Do mesmo modo, existem intelectuais e acadêmicos sérios, preocupados em compreender o fenômeno evangélico por meio de reflexões que gerem um conhecimento genuíno capaz de abarcar a diversidade de representações que circulam na sociedade.

Para situar o debate, o termo “evangélico” refere-se a cristãos que se identificam com a corrente teológica conhecida como “evangelicalismo”, movimento que surgiu no século XVIII a partir de pregações de John Wesley, George Whitefield e outros que enfatizavam a importância da leitura da Bíblia e da experiência da conversão pessoal. Na contemporaneidade, “evangélico” refere-se a um conjunto diverso de denominações denominações pentecostais e neopentecostais como a Igreja Universal do Reino de Deus, Assembleia de Deus, Congregação Cristã do Brasil e as denominações “históricas”, como a igreja Presbiteriana, Batista e Metodista. Nesse sentido, existem diferenças significativas entre as tradições e denominações e talvez esse seja um dos motivos de a representação ser uma questão tão contestada.

A questão da representação evangélica, mais especificamente no jornalismo, é complexa e controversa. Em muitos casos, os evangélicos são retratados positivamente como líderes comunitários engajados e defensores do bem comum. Por outro lado, há reportagens que enfatizam a intolerância e o fundamentalismo religioso. A cobertura jornalística dos evangélicos é por vezes incompleta e tendenciosa ao enfatizar aspectos negativos e exagerando sua influência política e cultural. Por outro lado, os evangélicos muitas vezes usam sua influência para impor suas crenças e valores em detrimento dos

direitos e liberdades individuais, como dito anteriormente.

É importante reconhecer que o jornalismo deva ser imparcial, embora o atributo imparcialidade gere debates intensos, e apresentar diferentes perspectivas para fomentar uma imagem concisa dos evangélicos. Como em qualquer tipo de cobertura jornalística, é crucial que as informações sejam contextualizadas para que o leitor forme sua opinião.

Existem diversos exemplos de representações evangélicas que circulam na sociedade. Na cultura da mídia, em filmes, novelas e séries de *streaming*, os evangélicos frequentemente são representados de maneira estereotipada e caricata, como pessoas ingênuas, fanáticas e até perigosas. Essas representações refletem percepções dominantes e ajudam a construir e manter certas identidades sociais. A representação dos evangélicos como “fanáticos religiosos” pode marginalizá-los e com isso justificar atitudes de intolerância religiosa.

No entanto, essas representações culturais podem ser questionadas e contestadas. Para Stuart Hall (2016), é importante examinar criticamente as representações culturais questionando a maneira como são produzidas, como circulam, quem as produz, em que contexto e como afetam a maneira como pensamos e nos relacionamos com o mundo ao redor. Muitos evangélicos argumentam que essas representações são injustas e que não refletem a complexidade e diversidade de sua comunidade. Uma maneira da mídia representar os evangélicos de forma adequada seria apresentar visões de mundo mais complexas e diversas. Isso significaria ir além dos estereótipos ao evidenciar uma variedade de crenças, práticas e experiências dentro do grupo.

A mídia pode fazer isso entrevistando uma ampla gama de líderes evangélicos e membros de comunidades diversas para obter uma compreensão mais aprofundada de suas perspectivas, como fez recentemente o jornalista Rodolfo Capler da *Revista Veja* em seu livro “O país dos evangélicos: política e religião no Brasil contemporâneo” (2023). Isso permitiria à mídia apresentar uma visão mais abrangente do evangélico e do seu lugar na sociedade. Outra maneira seria representar os evangélicos sem o estereótipo e o sensacionalismo. Isso evitaria representações exageradas e caricatas da comunidade ao abordar questões delicadas ou controvérsias relacionadas à religião, como foi possível perceber na telenovela *Vai na fé*, veiculada pela Rede Globo de televisão entre os meses de janeiro a agosto de 2023 no horário das 19hs.

As representações que permeiam o cotidiano trazem consigo identidades,

valores e compreensões que mobilizam um universo amplo de significações, elas podem tanto evidenciar quanto embotar sentidos. Um olhar compressivo das representações midiáticas foge de um olhar positivista (da representação como um mero reflexo da realidade) e parte de um prisma múltiplo, de construção de diferentes perspectivas e visões de mundo (construtivista). A perspectiva construtivista compreende a realidade como construção simbólica, sendo as representações um dos principais meios para essa construção.

A herança estruturalista Saussuriana abraçada posteriormente pelos estudos de Roland Barthes nos ajuda a compreender como as representações circulam por meio das imagens da mídia, ao mesmo tempo que contestam e reiteram estereótipos no mundo social. Isso nos torna mais próximos da Epistemologia da Compreensão (Künsch, 2020), da Hermenêutica de profundidade (Thompson, 2018) das Epistemologias do sul (Santos & Meneses, 2009), da Construção social da realidade (Berger & Luckmann, 2014) e outras correntes teóricas.

Como afirma Arthur Ituassu (2016) na introdução ao livro de Stuart Hall, é preciso propor o “interrogatório da representação”, isto é, como as representações produzem sentidos para além de um mero significado fortuito. Nadamos em um fluxo de representações como “peixes no aquário” como diria Marshall McLuhan (1971). Portanto, o esforço teórico do pesquisador é sair da água e olhá-la de fora para compreender o conteúdo da água.

As representações influenciam como certos significados são produzidos na cultura ao mesmo tempo em que produzem identidades e fazem os sujeitos de/para alguém. Por isso, é preciso reiterar uma autonomia epistemológica para questionar como alguns significados são construídos na cultura e como podem ser ressignificados a partir do tensionamento de certos sentidos contidos nas representações que circulam na cultura, sobretudo na cultura das mídias.

Aqui é interessante destacar o denso estudo que Stuart Hall (2016) empreendeu sobre a representação do negro na sociedade britânica. A representação não trata apenas de questões ligadas à identidade, ela também tem um caráter eminentemente político que diz respeito aos modos de existir, aos valores, posicionamentos, idiossincrasias, em suma, faz parte da ontologia do ser social. Embora as representações sejam um meio de tornar visíveis certos significados, ela também pode se tornar um meio de apagamento,

inexistência, de espetacularização, ou como afirma Stuart Hall (2016), “o espetáculo do outro”.

Mídia e Religião nos territórios de vulnerabilidade: o que esperar?

Escolhemos não chamar de consideração final, pois não pretendemos fazer uma, mas tentar abrir um debate sobre as questões que trouxemos neste trabalho e que são muitas. Para isso, retomamos a ideia com a qual abrimos essa reflexão: mostrar que os ambientes de vulnerabilidade social também são espaços de conhecimento, ao mesmo nível que em outros territórios, às vezes supervalorizados, sendo o conhecimento uma perspectiva diversificada da realidade com a qual cada um lida de forma diversa.

Ainda, desejamos colocar nessa reflexão um pensamento de Künsch (2020) segundo o qual não se pode perder de vista nenhum dos termos usados para compreender as formas de expressão de conceber o conhecimento em suas linhas e entrelinhas de compreender o objeto. Cada um deles busca conceituar o conhecimento tirando dele elementos importantes para sua construção e produção. Por isso, pensamos deixar de fora esses aspectos para não cair naquilo que Michel Maffesoli denominou de “violência do conceito” que vê o conhecimento como algo fechado e por isso isola o objeto como finito e acabado.

A realidade dos territórios de vulnerabilidade tem chamado atenção como espaço de construção de conhecimento, mas também como objeto de estudo ou provedor de conhecimento. Podemos citar o exemplo da comunidade Heliópolis e seu laboratório “De olhos na quebrada”, veículo fundamental durante o período de COVID-19 que produziu informações sobre Heliópolis e a real situação da pandemia.

Recentemente, a rádio heliópolis em parceria com a Universidade Metodista de São Paulo e do Grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e *Media Interventions* (HumanizaCom) produziram com financiamento do Instituto Serrapilheira um projeto de extensão chamado Helipa na Ciência, que promoveu a conexão entre a comunidade científica e a maior favela de São Paulo, Heliópolis e região, discutindo temas como a formação de cientistas das quebradas; economia, emprego e renda; segurança alimentar e boa nutrição; mudanças climáticas; poluição sonora, atmosférica e visual; direito à cidade/cultura periférica e genocídio da juventude negra.

O exemplo de Heliópolis como outros no Brasil tem mostrado que os territórios de vulnerabilidade deixaram, há muito tempo, de ser consumidores e observadores da

realidade social e passam a assumir o protagonismo na construção de sua história. A desigualdade, associada à pobreza presente nas periferias, sempre se configurou como ponto de partida para o entendimento da sub-representação e das lutas desses territórios. A tomada de consciência desse fato leva cada vez mais moradores dos territórios de vulnerabilidade a buscar alternativas que os levem a sair do esquecimento.

Com isso, a proliferação e o crescimento exponencial dos meios de comunicação têm tido um papel mais que essencial nessa jornada. A mídia tradicional, não cumprindo com seu papel de informar, defender e agregar nessa luta, foi sendo substituída pela comunicação alternativa, muitas vezes produzida pelos meios de comunicação dos próprios territórios. Esse tipo de comunicação tem sido mais democrática e inclusiva dentro e fora dos territórios buscando dar essa visibilidade. A ideia de visibilidade aqui apresenta-se como dinâmica de pertencimento a uma esfera constituída e concretizada nos e pelos meios de comunicação que ali surgem e, caracterizam esses territórios também como espaço midiático. Com isso, percebe-se que estar invisível revela “não estar nos meios”, ou melhor dizendo, “nem estar no meio”.

Ao lado da mídia, tem a religião, que tem ocupado os espaços deixados pela mídia tradicional, os poderes públicos e ajudado na construção da identidade dos territórios de vulnerabilidade. A religião e as mídias alternativas têm se tornado bastantes valorizadas e recebem uma abertura importante nos territórios de vulnerabilidade. Com suas múltiplas atuações e a capacidade de dar visibilidade e valorar aquilo que se encontra nesses territórios, elas mostram que a vida e a realidade, bem como o conhecimento, são movimentos e não estáticos. Pois, o estático remete ao erro, ignorância, escuridão, características atribuídas aos territórios de vulnerabilidade. Nos territórios de vulnerabilidade encontramos a possibilidade de construir um paradigma novo na definição de conhecimento, como pergunta Künsch (2020) se não é chegada a hora de pensar a epistemologia em constante revisão e atualização?

REFERÊNCIAS

ANDI. Jornalismo Preventivo e cobertura de situações de risco: Uma análise do tratamento editorial dedicado pela imprensa brasileira à dengue e à febre amarela. Brasília- DF: **Agência de Notícias dos Direitos da Infância**, 2009. Disponível em: https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/09/febre_amarela.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita; FRANCA JUNIOR, Ivan; CALAZANS, Gabriela Junqueira; SALETTI FILHO, Haraldo César. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de

- saúde: novas perspectivas e desafios. In: **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. [S.l.: s.n.], 2003. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001528349>. Acesso em: jun. 2021.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 36.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- COSTA, Fernando Braga da. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004.
- CAPLER, Rodolfo. **O país dos evangélicos. Política e religião no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fonte Editorial, 2023.
- DIP, Andrea. **Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. São Paulo: Editora LTC, 2008.
- HALL, Stuart, **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- ITUASSU, Arthur. Hall, comunicação e a política do real. Apresentação. In: Stuart Hall, **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Apicuri, 2016, p.10-15.
- KÜNSCH, Dimas. **Compreender: indagações sobre o método**. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2020.
- LIMA, Filipe Antunes. Territórios de vulnerabilidade social: construção metodológica e aplicação em Uberlândia-MG. **Dissertação de Mestrado**, Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2016.
- MCLUHAN, Marshall. **Guerra e paz na aldeia global**. Rio de Janeiro: Record, 1971.
- MORAES, Dênis de. RAMONET, Ignácio. SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Comunicação eficaz com a mídia durante emergências de saúde pública: um manual da OMS. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2009. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/comunicacao_eficaz_midia_durante_emergencias.pdf. Acesso em 08 jun. 2023.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.
- SLOVIC, Paul. Terrorism as Hazard: A New Species of Trouble. **Risk Analysis**, 2002, p. 425-426. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/0272-4332.00053>. Acesso em: 07 nov. 2023.
- SOUZA, Sheila Rodrigues de et al. **Ciência e SUS no cotidiano: reflexões sobre a cobertura da mídia durante a pandemia COVID-19 no Brasil**. SciELO Preprints, 2021. DOI: 10.1590/SciELO Preprints.2309. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2309/version/2446>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- THOMPSON, John, B. **Ideologia e cultura moderna**. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2018.
- WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.